



ATA AGNU AGOSTO 2024 DS BELÉM - 27 de agosto de 2024

Data de Início: **27/08/2024**

Hora de Início: **17:00**

Data Fim: **27/08/2024**

Hora Fim: **19:00**

Local: **Telepresencial – via Plataforma Zoom**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto de 2024, às dezessete horas, realizou-se a AGNU da DS Belém, para deliberar sobre a seguinte pauta:

- Regime permanente de Assembleia Geral Nacional Unificada;
- Movimento pelo cumprimento do Termo de Acordo nº 02/2024 e do Termo de Compromisso nº 01/2024;
- Forma de mobilização: Dia Nacional de Luta;
- Fundo de mobilização.

Deu-se início à AGNU com a leitura dos indicativos feita pela delegada sindical-DS, Tânara Mira de Sousa. Em seguida, a DS informou que houve CNRE extraordinário para tratar dessa matéria, referente a fundo de mobilização, quando foi aprovada a análise de conjuntura do CNRE (anexa), manifestando-se contrária à aprovação da taxa extra neste momento.

A DS desde já alerta sobre a necessidade da votação consciente dos filiados.

Passou-se, então à leitura da análise de conjuntura da DEN.

Tanara esclareceu que a DS Belém enviou e-mail em abril solicitando informações sobre o fundo sucumbencial, sobre as ações com litispendência, porém sem resposta até o momento pela DEN e nem pelo CF - Conselho Fiscal.

Em seguida, informou sobre os dados financeiros constantes na Análise de Conjuntura da DEN e analisou os repasses feitos mensalmente à DEN para arcar com suas despesas correntes. Finalizou este tópico ponderando que em análise realizada nas contas, falta transparência, o que é reiteradamente solicitado pela DS Belém junto aos órgãos sindicais.

Sobre a análise do trabalho parlamentar, a Delegada ressaltou que a reforma tributária está ocorrendo desde o ano passado. Que a defesa do nosso cargo busca alterar os termos do PLP 68, agora no Senado Federal. Informou que já está sendo realizado um trabalho com os senadores, inclusive no Pará.

Acerca da pauta de Mobilização, ressaltou entender que o trabalho do AT deve se dar com mobilização mais efetiva. Será que o melhor não seria um trabalho parlamentar mais efetivo, ao invés de “marcha para Brasília”, como proposto pela

DEN, que já fizemos em outra oportunidade e sem muito resultado?

A DS informa que questionou ao DEN, Thales, se havia levado ao Secretário da RFB a questão do papel do AT na reforma tributária, mas que ele se pronunciou no sentido de que não achava interessante falar com o Secretário.

Colega Ricardo pediu a palavra, alertando sobre a necessidade de ajustar os custos do sindicato. Talvez até uma Auditoria Externa. Lembrou a viagem do presidente da DEN para a Europa em meio à crise da ADI, O que pareceu desnecessário naquele momento.

Tânara colocou que foi ventilada auditoria externa, mas que ainda não foi efetivada.

A Delegada seguiu explanando que na AGN-Assembleia Geral Nacional, que ocorrerá em setembro de 2024, é onde se dá a possibilidade de haver reforma estatutária do Sindireceita, sendo momento de ajuste. Desta feita, questionou o porquê de a DEN não aguardar a AGN, para só depois chamar a AGNU sobre taxa extra.

Passou a mostrar que há necessidade da adequação nas contas da DEN do Sindireceita para que as despesas caibam nas receitas e para que se adeque nossos eventos também às nossas condições financeiras.

Passou para o último item de pauta, sobre as ações judiciais e direitos dos filiados.

Em seguida, passou a mostrar o aplicativo de votação para os filiados, lendo todos os indicativos e pedindo conscientização dos colegas.

Adriana Oliveira pediu a fala e fez questionamentos mostrando seu receio, uma vez que estamos no “olho do furacão”, já havendo uma carreira de apoio pronta a ser criada, e ainda a reforma tributária onde não aparece nosso cargo nem o órgão RFB. Analisou que precisamos de trabalho parlamentar forte. Logo, ela fica com receio de não pagar taxa extra. Que uma coisa não exclui a outra. Não está satisfeita, mas tem receio.

Maria do Carmo C. Couceiro alerta que a questão não é a cobrança ou não da taxa extra, mas sim o momento de cobrá-la. E que a AGN que se avizinha pode ajustar as formas de uso dos recursos e assegurar que será usada para o fim a que se destina.

Tânara mostra os recursos que tem em sucumbência e mostra que solicitou dados sobre ações e projeções, sem retorno ainda.

Mostra que o que se busca é transparência e coerência no uso e gestão dos recursos do sindicato.

Reforça que solicitamos que a DEN fale com o Secretário sobre a reforma tributária, mas que a DEN não o faz.

Adriana novamente pede a palavra e coloca que o pagamento da taxa extra é apoiado por ela;

José Maria pede a palavra e informa que inclusive, pela base da DS Belém, foi proposto no penúltimo CNRE extraordinário a formação de um comitê de crise com

fundo reservado exclusivamente para o trabalho parlamentar de defesa do AT. E foi recusado naquele órgão.

José Maria informa ser favorável a taxa extra, mas não nesse momento, haja vista que haverá AGN e CNRE próximos que poderão trabalhar melhor à administração, voltada para melhor direcionamento dos recursos do Sindireceita.

Aproveitou para falar que entende que uma auditoria externa, proposta pelo colega Ricardo, é muito custoso para o sindicato.

Adriana Oliveira, pede novamente a palavra e esclarece que não se refere a DS Belém quando fala de opiniões de colegas que já estão em campanha.

Maria do Carmo Couceiro esclarece que sabe disso e acrescenta que o que está ocorrendo é que a DEN está atropelando outros órgãos sindicais, que não há prejuízo em se votar após a AGN, com maior controle dos nossos fundos. Sem mais nada a tratar, a Assembleia foi encerrada.

Dados do responsável pelas informações:

Nome completo: Maria do Carmo Carvalho Couceiro - Secretária Geral DS Belém

Documento de Identidade: CNH
01102370360

Assinatura:

Dados do responsável pelas informações:

Nome completo: Tãnara Mira de Sousa

Documento de Identidade: CPF
598.070.322-53

Assinatura:

Dados do responsável pelas informações:

Nome completo: Marina Kamayra da Costa Guerreiro

Documento de Identidade: CPF
967.236.292-72

Assinatura: